

O AUTOARQUIVAMENTO NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Resumo: Este trabalho objetiva ter um panorama do autoarquivamento no Brasil e a visão dos gestores dos repositórios institucionais brasileiros quanto esta forma de compartilhamento de informação. A pesquisa de caráter exploratória utilizou levantamento bibliográfico e coleta de dados para atingir seus objetivos. Os repositórios integrantes da pesquisa foram selecionados a partir do registro no diretório OpenDoar. Foram identificados 43 repositórios com coleção de artigos. A coleta de dados foi realizada com o envio de questionários eletrônicos semiestruturados aos gestores dos repositórios. Foram retornados 25 questionários com respostas válidas. Constatou-se que 36% dos repositórios institucionais brasileiros não possuem o autoarquivamento habilitado no sistema. Dos RIs com autoarquivamento habilitado a maioria declara que menos de 5% do material no repositório foi autoarquivado. Entre os gestores de RIs que não possuem o autoarquivamento habilitado, 86% acreditam que a minoria dos seus pesquisadores autoarquivariam caso houvesse esta possibilidade. Concluiu-se que existe uma baixa adesão ao autoarquivamento no Brasil. Os dirigentes das instituições e os gestores de repositório precisam ser capacitados quanto aos objetivos do AA e da via verde. Os fatores que afastam e estimulam os pesquisadores na adesão ao acesso aberto devem ser estudados no âmbito de cada instituição e/ou área do conhecimento.

Palavras-Chave: Acesso Aberto ao Conhecimento; Autoarquivamento; Repositório Institucional; Compartilhamento de Informação em Acesso Aberto.

Viviane Veiga

Atua na coordenação do Repositório Institucional da Fiocruz e é gestora da Comunidade do Instituto Fernandes Figueira (IFF) no Repositório. Atua na Biblioteca da Saúde da Mulher e da Criança. Professora em disciplinas de especialização, mestrado e doutorado da Fundação Oswaldo Cruz.
vivianesantosveiga@gmail.com

Luis Guilherme Macena

Atuou como Gestor de Comunidades e Coleções no Repositório Institucional da Fiocruz, Brasil.
guilhermelg2004@gmail.com

SELF-ARCHIVING IN BRAZILIANS REPOSITORIES: AN EXPLORATORY STUDY

Abstract: This work aims to have an overview of the self-archiving in Brazil and the vision of the managers of the Brazilian institutional repositories of this form of information sharing. The methodology was based on a survey of exploratory character. The repositories research members were selected from the Open Directory record Donate. 43 repositories were identified with collection of articles. The data were collected with the sending of semi-structured electronic questionnaires to managers of repositories. 25 questionnaires were returned with answers. It was found that 36% of the Brazilian institutional repositories do not have the self-archiving enabled in the system. Of IRs with self-archiving enabled most states that less than 5% of the material in the repository was self-archived. Between IRs managers that do not have the self-archiving enabled, 86% believe that the minority of its researchers would self-archive if there was this possibility. It was concluded that there is a low adhesion to the self-archiving in Brazil. The leaders of the institutions and repository managers need to know about the objectives of the OA and the green way. The factors that away and stimulate researchers on open access membership must be studied within each institution and/or knowledge area.

Keywords: Open Access; Self-Archiving; Institutional Repository; Sharing Information in Open Access.

1 INTRODUÇÃO

O autoarquivamento de artigos científicos em repositórios institucionais (RIs) tem sido incentivado por diversos autores como Stevan Harnad e Alma Swan. Apesar das estratégias de incentivo e políticas mandatórias, em muitos países a adesão pelo pesquisador ao acesso aberto pela via verde ainda encontra muitos desafios. O entendimento dos objetivos do Acesso Aberto e da estratégia da via verde em mobilizar os pesquisadores retomando o comando no processo de comunicação científica é requisito fundamental para dirigentes de instituições que possuem repositórios e gestores de RI. Este trabalho objetiva ter um panorama do autoarquivamento no Brasil e a visão dos gestores dos repositórios brasileiros quanto esta forma de compartilhamento de informação.

Apesar de iniciativas de autoarquivamento terem acontecido em algumas disciplinas isoladas anteriormente, como na computação na década de 1980 através da biblioteca CiteSeer¹ e na física em 1991 através do Arxiv², a proposta de autoarquivamento para a comunicação científica global aparece pela primeira vez de forma explícita em 1994 em uma postagem online de Stevan Harnad intitulada "Proposta subversiva"³ (HARNAD, 1995). O autoarquivamento, através de repositórios de acesso aberto, proporciona ao pesquisador a possibilidade de sozinho, deixar seu trabalho acessível para qualquer leitor com acesso à internet, aumentando a visibilidade de sua pesquisa.

2 ACESSO ABERTO E A VIA VERDE

O acesso aberto⁴ (AA) pode ser alcançado por dois caminhos: a via verde e a via dourada.

A via dourada se subdivide em duas: a pura e a híbrida. A via dourada pura se concretiza por meio de periódicos publicados por instituições e é trilhada a partir da escolha dos pesquisadores em publicar sua produção científica em periódicos de acesso aberto, onde

¹ Atualmente CiteSeer^x é uma biblioteca digital de literatura científica e ferramenta de busca que se concentra principalmente na área da Computação e Ciência da Informação. <http://citeseerx.ist.psu.edu/about/site>.

² Arxiv é um servidor de arquivamento e distribuição eletrônica de artigos científicos atualmente abrangendo as áreas de física, matemática, ciência da computação, ciências não lineares, biologia quantitativa e estatística.

³ Posteriormente publicada pela Association Of Research Libraries.

⁴ Para fins desta pesquisa Acesso Aberto e Acesso Livre serão usados como sinônimos.

todos os artigos são disponibilizados *online* sem barreiras financeiras de acesso à publicação pelo autor, pela instituição e pelo leitor. Mas também pode se concretizar por meio de periódicos publicados por editores comerciais e é trilhada a partir da escolha do pesquisador em publicar sua produção em periódicos de acesso aberto, onde todos os artigos são disponibilizados *online*, sem barreiras financeiras para o leitor, mas com pagamento de taxas pelo autor ou instituição.

A via dourada híbrida se difere da pura pela existência, em um mesmo periódico, de artigos de acesso aberto e acesso restrito. Ela é trilhada a partir da escolha dos pesquisadores em publicar sua produção científica em periódicos de editores comerciais que disponibilizem alguns artigos em acesso aberto, mediante o pagamento de taxa, impondo uma barreira financeira para o autor ou para a instituição.

Na via dourada pura todos os artigos daquele periódico estão disponibilizados sem barreiras financeiras para o leitor, na via dourada híbrida alguns artigos daquele periódico são disponibilizados sem barreira financeira para o leitor. Neste caso no mesmo periódico coabitam artigos fechados e abertos (BJÖRK, 2012).

O acesso aberto pela via verde é concretizado através da disponibilização dos resultados de pesquisa, avaliados por pares, em arquivos abertos (BJÖRK et al, 2014). Esta disponibilização é realizada através do depósito da produção do pesquisador/autor em repositório de acesso aberto. Este compartilhamento no repositório deve ser feito, segundo a Declaração de Budapeste (BOAI) através do autoarquivamento, a primeira estratégia para o alcance do acesso aberto.

Bernard Rentier, em entrevista ao jornalista Richard Poynder, diz que “embora a estratégia dourada (edição AO) pudesse vir a ser uma boa solução a longo prazo, a melhor estratégia, a curto prazo, era abraçar a estratégia Verde (autoarquivamento)”, incentivando os pesquisadores a “fazer com que todos os seus artigos fossem disponibilizados gratuitamente na web, por meio do autoarquivamento” (KURAMOTO, 2010, p.104).

Fazendo uma análise 20 anos após a publicação da “proposta subversiva” Stevan Harnard declara que o principal fator contra a via verde, e para ele via verde é sinônimo de autoarquivamento, é que “os autores não autoarquivam espontaneamente: como ‘publique ou pereça’ o acesso aberto pela via verde depende de políticas mandatórias das instituições e agências de fomento”. (HARNARD; POYNDER, 2014).

Porém, a via verde se encontra em crise. “Os repositórios experimentam diversas dificuldades que limitam o seu crescimento e desenvolvimento e que se traduzem em resistência, inércia ou desinteresse dos autores/investigadores por esta forma de publicação” (RODRIGUES, 2014, p. 111).

Mesmo enfrentando obstáculos, vários países têm adotado o autoarquivamento, feito pelos pesquisadores ou por alguém de sua equipe. No Brasil os repositórios têm, de forma tímida, implementado o autoarquivamento. A maioria dos repositórios se inicia com produção de teses e dissertações, colocando o passivo que já estava arquivado em algum sistema de informação da Instituição, em geral na biblioteca. As Universidades brasileiras vêm definindo a biblioteca como o responsável principal pelo povoamento dos repositórios o que traz complicadores na liberação da licença ou cessão de direitos por parte dos autores (KURAMOTO, 2014).

3 OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL

Apesar de iniciativas isoladas anteriores, o movimento de acesso aberto no Brasil iniciou-se por volta da primeira década dos anos 2000, através de declarações de associações e instituições de ensino e pesquisa em prol da democratização do acesso à informação científica.

Algumas iniciativas políticas foram consideradas importantes para impulsionar a trajetória do movimento de acesso aberto, tais como o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica no Brasil, a Declaração de Salvador Sobre Acesso Aberto, a Carta de São Paulo, todas em 2005 e também a Declaração de Florianópolis, em 2006 (KURAMOTO, 2006).

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) assumiu o papel da principal entidade, em escala nacional, para articulações políticas e da promoção de ações voltadas para a implantação de repositório nas instituições de ensino e pesquisa. Um dos objetivos era promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação científica e tecnológica no Brasil para a criação de repositórios. Em 2002 a Massachusetts Institute of Technology (MIT) em parceria com a Hewlett-Packard (HP)

desenvolveu o software Dspace e o IBICT no ano de 2004 realizou a primeira tradução deste software (IBICT, 2004?).

Com o advento de novas tecnologias de informação e comunicação para disseminação do conhecimento científico, Kuramoto aponta um momento propício para a atuação do IBICT em consonância com o propósito da sua criação.

O Ibiect foi criado com o propósito de registrar e disseminar a produção científica brasileira. Com o surgimento das tecnologias da informação e da comunicação, combinado com o movimento do acesso livre à informação, verifica-se a existência de um cenário amplamente favorável ao Instituto para o cumprimento de sua missão inicial (KURAMOTO, 2006, p. 93).

Com o lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica no Brasil, em setembro de 2005, o IBICT dá continuidade às suas articulações para a implantação de movimento de acesso aberto. Esse manifesto foi caracterizado como um documento referência que atribuiu diversas recomendações para a comunidade científica (autores, editores, agência de fomento e instituições acadêmicas) apoiar o movimento mundial em favor do acesso aberto à informação científica. Entre as recomendações estão: a colaboração da comunidade científica para disponibilizar os resultados de pesquisas, realizado dentro do território nacional, em acesso livre, e, em acordo com a Declaração de Berlim, recomendam-se às instituições acadêmicas brasileiras a criação de repositórios institucionais/temáticos na perspectiva do acesso livre e aos autores (pesquisadores) depositar, obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre publicações com resultados de pesquisas que foram financiadas com recursos públicos (IBICT, 2005).

A partir das articulações e visando a promoção do acesso aberto no Brasil, o IBICT realiza duas iniciativas importantes: a implementação de um projeto piloto com a criação de repositórios institucionais e o edital IBICT-FINEP/PCAL/XDBD N°002/2009. No Projeto piloto foram contempladas cinco universidades federais para criação do repositório. No edital foram contempladas 27 instituições que receberam kits tecnológicos para operação do dspace e a criação do repositório, com treinamento de pessoal e suportes técnico e informacional “com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção científica destas instituições e proporcionar maior visibilidade à sua produção científica” (FUNCATE, 2009; IBICT, 2009; MARRA, 2014).

Além das instituições contempladas no edital mencionado acima, outras instituições criaram os seus repositórios através dos recursos de outras fontes como, por exemplo, a Fundação Oswaldo Cruz que no ano de 2007 foi contemplada no edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e a partir dos recursos adquiridos iniciou o desenvolvimento do ARCA – Repositório Institucional da FIOCRUZ (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2012).

Outras iniciativas foram aparecendo e atualmente temos 86 repositórios institucionais no Brasil registrados no Opendoar⁵.

Vários fatores contribuem de forma decisiva para atrair o interesse do pesquisador em autoarquivar sua produção. Além de políticas institucionais ou governamentais mandatórias, de sistemas de recompensa favoráveis, de conhecimento sobre os benefícios para o pesquisador em colocar sua produção em acesso aberto, a visão dos gestores dos repositórios e seu entendimento sobre o AA é um fator importante na condução do processo e na elaboração de alternativas que aproximem o pesquisador do RI.

3.1 Gestores de Repositórios Institucionais no Brasil

O desenvolvimento de um repositório institucional perpassa por várias questões para a sua sustentabilidade, além das questões de políticas de informação, preservação digital, gestão da informação, usabilidade, suporte tecnológico, etc., é importante se atentar para gestão do repositório. A partir da criação do repositório, em uma instituição são criadas várias iniciativas para manter o seu funcionamento. Por se tratar de um projeto institucional, o RI envolve várias áreas e com isso o trabalho se torna coletivo (AMANTE, 2014). A inclusão da Biblioteca no processo do desenvolvimento do RI, é caracterizado pela expertise e qualificação dos seus funcionários e a confiança da comunidade (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Devido ao conhecimento especializado no tratamento e na gestão da informação, os bibliotecários são os profissionais mais adequados para manter a qualidade do conteúdo digital (produzidos pelos autores da instituição) e na elaboração de metadados de acordo com os padrões internacionais (HORWOOD et al., 2004).

⁵ Dados retirados do diretório OpenDoar (Directory of Open Access Repositories, Diretório de Repositórios de Acesso Aberto) no dia 29/11/2014.

Vieira (2014) realizou um levantamento dos repositórios institucionais das universidades federais que estavam registradas no site do IBICT, e constatou que apenas 23 das 73 universidades federais possuem repositórios ativos. Em 80% dos casos o bibliotecário é o profissional que atua na gestão do repositório. O Brasil fica próximo da marca dos Estados Unidos onde 90% dos repositórios ativos são geridos por bibliotecários ou profissionais que atuam na biblioteca (Markey et al., 2007).

Por ser uma atividade que envolve a organização e disseminação do conhecimento institucional, o bibliotecário assume um papel importante visto sua expertise no tratamento da informação. Mas, para coordenar o RI respeitando seus fundamentos e atingir seus objetivos é preciso ter conhecimentos específicos relacionados ao movimento de Acesso Aberto ao Conhecimento.

Em estudo realizado por Di Foggi e Furnival (2013), com bibliotecários de instituições de ensino superior no Brasil, verificou-se que a maioria dos bibliotecários já teve algum contato com o tema através de blogs, sites, fóruns e literatura científica, porém, nenhum deles teve uma disciplina específica sobre o tema na graduação.

Percebe-se que nos repositórios brasileiros, em sua maioria, o bibliotecário está presente na equipe de trabalho e na maioria das vezes na gestão do repositório. Porém, o conhecimento para esta gestão tem que ser adquirido fora dos muros da graduação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para ter-se um panorama do autoarquivamento no Brasil e conhecer a visão dos gestores dos repositórios foi realizada pesquisa exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados questionário eletrônico semiestruturado. O questionário foi aplicado a gestores de repositórios no Brasil. A seleção dos repositórios que entrariam na amostra foi realizada a partir das informações disponibilizadas no OpenDoar⁶. O corpus da pesquisa foi constituído mediante os seguintes critérios: área geográfica do repositório, Brasil; tipo do conteúdo, artigo; e característica do repositório, institucional. O levantamento dos dados foi realizado entre 29/11/2014 a 03/12/2014, foram identificados 86 repositórios institucionais brasileiros. Destes 43 repositórios declaravam possuir a coleção de artigos. Cabe ressaltar que

⁶ Dados retirados do diretório OpenDoar no dia 29/11/2014.

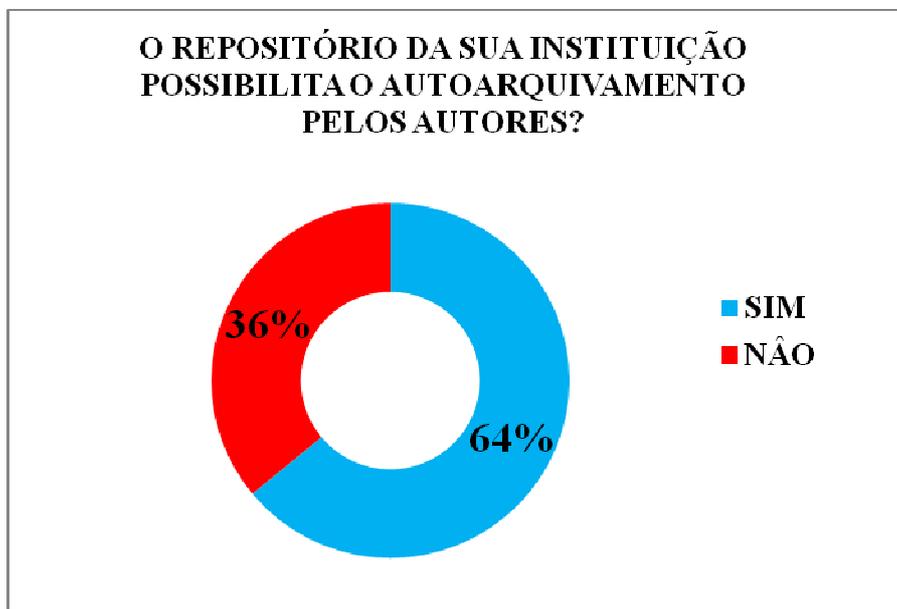
destes apenas 8 possuíam registros das políticas mandatórias no ROARMAP (Registry of Open Access Repository Mandates and Policies).

O questionário online, criado utilizando o aplicativo *Google Forms*, foi enviado para os 43 correios eletrônicos dos RIs cadastrados no Opendoar ou nas páginas do repositório entre os dias 01/04/15 a 05/05/15. Foram retornados 25 questionários com respostas válidas. Destes foram extraídas as informações a seguir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos dados coletados foi possível verificar como as instituições brasileiras estão lidando com o autoarquivamento. Detectamos que a maioria dos repositórios institucionais brasileiros (64%) tem implementado o autoarquivamento, isto é, tem esta função habilitada no sistema. Porém chama a atenção que 36% dos repositórios não possibilitam a participação do autor em depositar sua produção científica no RI.

Gráfico 1



Fonte: Os autores

Sabemos que a habilitação no sistema para o autoarquivamento não garante sua efetiva utilização. Para contornar o desinteresse do pesquisador políticas mandatórias tem sido

implementadas contribuindo para algum aumento no índice de autoarquivamento. No entanto, isto não tem sido suficiente para garantir a adesão ao autoarquivamento como tem sido discutido em estudos realizados até o momento (ROWLANDS, NICHOLAS, 2005; NICHOLAS et al, 2006; RODRIGUES, 2014; AMANTE, 2014).

Nos RIs brasileiros que possibilitam o autoarquivamento constatamos uma baixíssima adesão do pesquisador, como demonstrado no gráfico 2. A baixa adesão do pesquisador por esta forma de compartilhamento de informação é um fenômeno que tem se repetido em vários países. Os motivos para esta baixa adesão podem ser diversos.

Novos estudos precisam ser realizados para se entender a motivação do pesquisador em compartilhar sua publicação em acesso aberto e as estratégias que estão sendo criadas ou não, no âmbito das instituições brasileiras para que esta adesão ocorra.

O número baixo de políticas institucionais mandatórias e a inexistência de uma política mandatória nacional cooperam para a baixa adesão, porém, como já mencionado, estudos já demonstram que apesar de políticas mandatórias a resistência permanece.

Gráfico 2

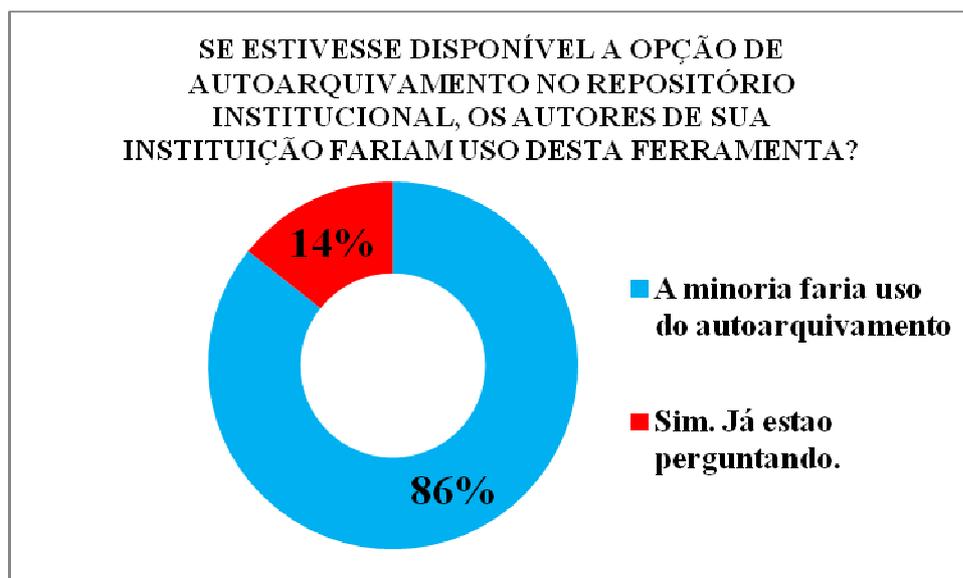


Fonte: Os autores

Não sabemos os motivos que levaram 36% das instituições brasileiras com RI desabilitarem o autoarquivamento. Porém, percebemos que os gestores destes repositórios, de

modo geral (86%), não acreditam que seus pesquisadores se interessariam em autoarquivar caso houvesse esta possibilidade (gráfico 3).

Gráfico 3



Fonte: Os autores

Por outro lado verificamos relatos de outros gestores (14%) que identificaram um interesse do pesquisador em usar o RI como forma de compartilhamento de informação e maximização da visibilidade de suas pesquisas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão do gestor do repositório e da própria instituição é fundamental para o avanço do acesso aberto pela via verde no Brasil. Os dirigentes das instituições que possuem RI e os profissionais que ocupam a função de gestores dos repositórios precisam estar alinhados a filosofia do acesso aberto e serem os principais evangelistas do autoarquivamento.

Dado o exposto verificamos que o Brasil apesar de estar em 7º lugar em número de repositórios⁷, somente a metade possui coleção de artigos. Uma definição mais restrita da via verde, como a utilizada por Björk (BJÖRK et al, 2014) acredita que a via verde só é concretizada quando disponibiliza resultados de pesquisa, avaliados por pares. A diversidade de tipologias no RI, como dados de pesquisa, Recursos Educacionais, teses e dissertações, e outros, complementa e maximiza o acesso aberto ao Conhecimento, mas sem perder de vista o coração do movimento de acesso aberto que se iniciou na luta contra a restrição do acesso imposto pelo alto custo das assinaturas de periódicos.

A criação de repositórios institucionais sem a habilitação da função de autoarquivamento traz dificuldades nos processos, principalmente na concessão da licença. No software Dspace o workflow já vem elaborado para o autoarquivamento. Como a maioria das instituições no Brasil utiliza este software, o bibliotecário ou outro profissional ao fazer o depósito precisa conceder uma licença da qual não tem os direitos, caso contrário não consegue continuar o processo e fazer o depósito.

É urgente a capacitação dos profissionais frente ao RI. A participação em congressos, cursos e acesso a literatura específica precisam ser garantidas pelas instituições que pretendem ter um RI com alto índice de povoamento.

A baixa adesão ao autoarquivamento no Brasil é fator preocupante. Os multifatores que estimulam o autoarquivamento devem ser estudados no âmbito de cada instituição e ou área do conhecimento. A redução de barreiras e criação de incentivos devem ser estabelecidas nas instituições para que este instrumento tenha a possibilidade de êxito no Brasil.

REFERÊNCIAS:

AMANTE, Maria João. O bibliotecário como gestor do conhecimento: o caso dos repositórios. **Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 243-254, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/636/1276>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

BJÖRK, Bo-Christer. The hybrid model for open access publication of scholarly articles: A failed experiment? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 8, 2012. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1002/asi.22709>>. Acesso em: 10 maio 2014.

⁷ Dados retirados do OpenDoar em 20/09/2015

BJÖRK, Bo-Christer et al. Anatomy of green open access. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 2, p.: 237-250, 2014.

CARVALHO, Maria da Conceição Rodrigues de; SILVA, Cícera Henrique da GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Repositório institucional da Saúde: a experiência da Fundação Oswaldo Cruz. **Inf. & Soc**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 97-103, jan./abr. 2012. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12522>>. Acesso em: 7 set. 2015.

DI FOGGI, Rafael Antonio; FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary. Mapeamento e análise das percepções associadas ao acesso aberto à literatura científica com bibliotecários e profissionais da informação de universidades públicas federais e estaduais do Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, Ed. esp., p. 75-94, jul./dez. 2013. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/69274/pdf_6>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FUNCATE. **Edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB nº 002/2009**. [São Paulo]: FUNCATE, 2009.

HARNAD, Stevan. A Subversive Proposal. In: Ann Okerson & James O'Donnell (Eds.) *Scholarly Journals at the Crossroads; A Subversive Proposal for Electronic Publishing*. Washington, DC., Association of Research Libraries, June 1995. Disponível em: <<http://www.arl.org/scomm/subversive/toc.html>>. Acesso em: 03 abr 2015. (postado originalmente em 27 de junho de 1994 : <http://www.arl.org/scomm/subversive/sub01.html>)

HARNAD, Stevan; POYNDRER, Richard. Open and Shut?: The Subversive Proposal at 20. Open and shut?, Jun 28, 2014. Disponível em: <<http://poynder.blogspot.co.uk/2014/06/the-subversive-proposal-at-20.html>>. Acesso em 19 maio 2015.

HORWOOD, Lyne et al. OAI compliant institutional repositories and the role of library staff. **Library management**, [s.l.], v. 25, n. 4-5, p. 170-176, 2004. Disponível em:< <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/01435120410533756>>. Acesso em: 6 set. 2015.

IBICT. Sistema para construção de repositórios institucionais digitais (DSpace): histórico. [2004?]. Disponível em: < <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais/historico>>. Acesso em: 07 set. 2015.

_____. Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. Brasília, DF: IBICT, 2005. Disponível em: < <http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

_____. Sai o resultado do Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009. 2009. Disponível em: < <http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2009/sai-o-resultado-do-edital-finep-pcal-xbdb-002-2009/impressao>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

KURAMOTO, Helio. Bernard Rentier: um exemplo a ser seguido. **R. FAGED**, Salvador, n. 17, p.101-120, jan./jun. 2010

KURAMOTO, Hélio. Acesso Livre: uma solução adotada em todo o globo; porém, no Brasil parece existir uma indefinição. **RECIIS – Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**. v. 8, n. 2, jun., 2014. Disponível em: <www.reciis.icict.fiocruz.br>. Acesso em: 09 set. 2014. DOI: 10.3395/receis.v8i2.935.pt

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: uma proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

MARKEY, Karen et al. Census of institutional repositories in the United States: MIRACLE Project research findings. Washington D.C: Council on Library and Information Resources, 2007. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub140/pub140.pdf>>. Acesso em 16 set. 2015.

MARRA, Patrícia dos Santos Caldas. Visibilidade dos repositórios institucionais brasileiros: análise de diretórios internacionais de acesso aberto. **Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 330-343, 2014. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/672/1320>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

NICHOLAS, David et al. The Information seeking behavior of the users of digital scholarly journals. **Information Processing & Management**, v. 42, n. 5, p.: 1345-1365, 2006.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira. RODRIGUES, Antonio Moitinho. Os autores e o repositório científico: estudo de caso. **RECIIS – Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**, v. 8, n. 2, p. 107-121, 2014. DOI: 10.3395/receis.v8.i2.912.pt

ROWLANDS, Ian. NICHOLAS, David. **Open access publishing: the evidence from the authors**. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 31, n. 3, p.: 179-181, 2005.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Enacib, 2007. Disponível em: <> Acesso em: 16 set. 2015.

VIEIRA, Bruna Marques. **Análise sobre o tema repositórios**: visão de gestores de bibliotecas das Instituições Federais que contam com repositórios. 2014. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia)-Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://bdtdccs.furg.br/handle/1/91>>. Acesso em: 30 ago 2015.